

MEMÓRIAS SUÁBICAS: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO EM ENTRE RIOS – PR

Juliana Carolina Teixeira

Graduada em Turismo e Meio Ambiente pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM); mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), integrante do Grupo de Estudos de Paisagem e Desenvolvimento Rural (UEM) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
junanaa@hotmail.com

RESUMO

Os camponeses suábios, antigos habitantes das margens do rio Danúbio na Alemanha, após passarem por dificuldades decorrentes da Segunda Guerra Mundial, são enviados ao Brasil para dar continuidade a produção e reprodução desse modo de vida camponês. O município de Guarapuava no Estado do Paraná recebeu, então, as famílias de cultura germânica, que ao se instalarem nas novas terras fundam a Cooperativa Agrária, a qual organiza os trabalhos que dão origem a colônia Entre Rios. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva compreender o processo de colonização dos camponeses suábios do Danúbio em território paranaense. Para a realização desse trabalho a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com posterior pesquisa de campo e entrevistas semi-estruturadas com imigrantes suábios e seus descendentes. Consideramos por fim, que o processo geo-histórico de mobilidade desses camponeses se deu de maneira organizada por meio dos governos brasileiro e austríaco da época. A colonização dos suábios nos campos de Guarapuava atendia a interesses econômicos e sociais, que transformaram esse território. Porém, os processos econômicos se sobressaíram em detrimento do esfacelamento dos laços solidários da comunidade camponesa existente no início do processo de colonização.

Palavras chave: Colonização. Suábios do Danúbio. Entre Rios.

1. INTRODUÇÃO

Os camponeses suábios, originários da região da Suábia na Alemanha, migram no século XVIII para as margens do rio Danúbio, quando passam a ser denominados de suábios do Danúbio. Em consequência da Primeira e Segunda Guerra Mundial, esses povos são forçados a emigrar para outras regiões em detrimento de pressões políticas e perseguições de guerra. Nesse período, muitos suábios, em decorrência de sua origem distinta, tornaram-se prisioneiros de guerra, e eram submetidos a trabalhos forçados em campos de concentração. Muitos deles foram recrutados para lutar na guerra, e aquelas famílias que sobreviveram ao fim do conflito, se encontravam expropriadas de seu próprio território, tornando-se “apátridas”.

O governo austríaco acolheu os refugiados de guerra e, deu início aos trabalhos para buscar uma nova pátria que os recebesse. Assim, o Brasil foi escolhido, por razões específicas para dar continuidade a reprodução camponesa, das famílias agricultoras do Danúbio. O município de Guarapuava no Estado do Paraná recebeu, então, as famílias de origem germânica, que ao se instalarem nas novas terras, dão origem a Colônia Entre Rios e ao início de um sistema de trabalho cooperativo, com a fundação da Cooperativa Agrária.

O modo de produção e vida desses camponeses, possui características muito peculiares relativas a sua origem. Inicialmente o trabalho solidário, que baseou uma emigração de incertezas em uma terra estranha, fundamentou as primeiras produções no campo e a construção da infraestrutura necessária em Entre Rios. A língua, a religiosidade, a gastronomia, as festividades, as características de moradia, do vestuário, dentre outras tradições, também marcam a cultura suábica que, com o passar dos anos, por inúmeras causas sofreram transformações.

Nesse sentido, esse trabalho¹ objetiva refletir sobre o processo de colonização dos camponeses suábios do Danúbio em território paranaense. Assim, o levantamento de fontes bibliográficas foi necessário para a compreensão do processo histórico da diáspora e seguinte colonização dos suábios no Brasil, bem como refletir sobre seus modos de vida e produção na época. Posteriormente, a observação em pesquisa de campo e, entrevistas com imigrantes e seus descendentes, fizeram-se necessárias para a construção da memória camponesa com suas

¹ A presente pesquisa surge das reflexões realizadas durante a disciplina Colonização e Reforma Agrária, ministrada pelo professor Elpidio Serra, na Universidade Estadual de Maringá. Durante trabalho de campo (realizado também em conjunto com as disciplinas de Pedologia, Cartografia Geoambiental e Solos Tropicais: Gênese e organização), fomos instigados a trabalhar com a trajetória dos suábios do Danúbio.

particularidades, além da obtenção de informações que caracterizaram as transformações ocorridas nesse território.

2. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DOS SUÁBIOS DO DANÚBIO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA NO PARANÁ

Durante o século XVIII, os alemães que viviam na Suábia (onde hoje se localiza o Estado de Baden-Württemberg na Alemanha), iniciam processo de migração para determinadas áreas do rio Danúbio, onde receberam a denominação de suábios do Danúbio. Saindo, portanto da região sudoeste da Alemanha, onde nasce o rio Danúbio e, caminhando em direção a sudeste, os suábios colonizaram territórios onde hoje se localizam países como Croácia, Sérvia, Romênia, Hungria, dentre outros. Esse fenômeno ocorreu principalmente a partir de 1720, por que:

As guerras turcas que se sucederam nos séculos XVII e XVIII devastaram (sic) e despovoaram províncias inteiras do antigo império austro-húngaro. Após expulsar finalmente os turcos da área do Danúbio central, o imperador Leopoldo da Áustria (1658/1705) convidou os seus súditos dos “Erblanden”, quer dizer do sul e do sudeste da Alemanha, para novamente colonizar as áreas despovoadas. Inicia-se assim a história dos “suábios do Danúbio”. É bem verdade que essa designação, somente em 1922 começou a ser usada como denominação coletiva para os grupos populacionais de etnia alemã, do antigo Império Austro-húngaro, já então dividido em várias nações. (ELFES, 1971, p. 16)

A mobilidade dos súditos do imperador Leopoldo para as áreas despovoadas foi intensificada por fatores como a super população nas suas regiões de origem. Não havia mais terra produtiva para se trabalhar e dividir. Assim, a doação de terras para famílias camponesas, bem como auxílio na construção de casas, aquisição de animais e ferramentas, isenção de impostos entre outros benefícios levaram até a região das margens do rio Danúbio em 1740 por volta de 400.000 habitantes, que se tornaram exímios agricultores de trigo (ELFES, 1971).

Porém, ao final da Primeira Guerra Mundial, o Império Austro-Húngaro é desmembrado em vários outros países. Os suábios que habitavam aquela região, dessa forma, foram separados pelas novas fronteiras, cada qual pertencendo a um novo país. A maior parte desses povos passa a pertencer ao território da antiga Iugoslávia. Nesse sentido, os suábios passaram a entrar em

contato com outros povos e, uma vez dividindo território com outras etnias, os suábios encontraram dificuldades referentes a conflitos culturais. Na tentativa de manter e reforçar a origem germânica, esse grupo adotou algumas medidas para manter as origens e não homogeneizá-las com outros grupos ali localizados. Essas atitudes foram repreendidas pelo governo Iugoslavo e, os conflitos tornaram-se ainda mais graves assim que a Iugoslávia, durante a Segunda Guerra Mundial, posiciona-se contra o Estado Alemão.

Nesse contexto, os problemas étnicos e territoriais dos povos suábios agravaram-se ainda mais. Uma vez que não estavam localizados em solo alemão e, que também não se consideravam e nem eram considerados Iugoslavos, os suábios foram perseguidos tanto por soldados alemães quanto pelos soldados inimigos. Na Iugoslávia, grupos de famílias foram perseguidos. Muitos deles tornaram-se prisioneiros de guerra, permaneceram em campos de concentração ou foram até mesmo recrutados para lutar. O recenseamento oficial da época contava com 500.000 pessoas e extra oficialmente calculava-se 600.000 pessoas, que ao final do conflito não passavam de 25.000. (ELFES, 1971). Assim, configuram-se as características de um povo apátrida, unidos apenas por fortes laços étnicos e culturais.

Ao fim da Segunda Guerra, os suábios do Danúbio encontravam-se expulsos de territórios Iugoslavos. No percurso para voltar a Áustria e Alemanha, famílias compostas por crianças, jovens e idosos, morriam de fome. Desalojados, os camponeses foram abrigados pelo governo da Áustria nos campos de refugiados, em que:

Durante anos, os fugitivos e expulsos foram obrigados a viver em campos de recolhimento, empilhados aos milhares em espaços reduzidíssimos. Não havia trabalho nem mantimentos suficientes e poucas esperanças para o futuro. O problema de populações inteiras, totalmente desenraizadas, pesava gravemente sobre a política internacional e a reconstrução econômica. As “Nações Unidas-UNO” criavam sub-organizações para a reintegração dos grupos afetados na organização social e na vida econômica dos países ocidentais. Foi, no entanto o governo suíço, de longa tradição humanitária, que começou a agir imediatamente. Expandiu a “Caritas Suíça” para o “Auxílio Suíço a Europa”, criando a “Obra de socorro suíço ao trabalhador”. (ELFES, 1971, p. 21)

Com a impossibilidade de manter essa população em seu território, o governo austríaco inicia os processos para buscar locais com condições de abrigar camponeses agricultores desalojados. A instituição filantrópica “Ajuda Suíça a Europa” toma frente nos trabalhos para enviar os suábios do Danúbio, agora sem pátria, para outros países com condições propícias para

recebê-los. E, assim, por interesses do governo brasileiro, e da “Ajuda Suíça a Europa”, que mais tarde o Engenheiro Michael Moor lidera o processo de reunir 500 famílias que estavam localizadas na Áustria para colonizar os campos de Guarapuava no Estado do Paraná.

2.1 A NOVA PÁTRIA BRASIL

O contexto do campo brasileiro, segundo Holanda (1982), era pautado em uma economia rural, no trabalho escravo, na monocultura e na grande propriedade. As imensas extensões de terra, em sua maior parte improdutivas, estavam sob domínio das oligarquias rurais, as quais por meio do sistema de Sesmarias obtiveram o direito particular sobre elas, durante o Brasil colônia. Vale lembrar que a manutenção de grandes propriedades no Brasil ainda persiste, em que propriedades com mais de mil hectares ocupam 45, 7% das terras sob domínio de cerca de 1% dos proprietários rurais, conforme Santos (2007).

No Paraná, essa realidade não era diferente. Conforme Serra (1991) a grande propriedade improdutiva no Estado, também tem sua origem com o sistema de Sesmarias, quando o próprio governo repassava terras públicas para o domínio particular. Assim, caracteriza-se no Paraná, o domínio das oligarquias rurais sobre a propriedade improdutiva, em que:

De maneira geral, o processo de apropriação do espaço agrário na região do Paraná tradicional não foi acompanhado *pari passu* pelos processos de ocupação humana e de exploração econômica das terras conquistadas, via de regra através do regime de sesmarias, isto apesar do compromisso que os sesmeiros assumiam de nelas estabelecer, no prazo máximo de cinco anos, morada habitual e cultura efetiva. Daí a estreita ligação que na primeira frente pioneira paranaense a sesmaria passou a ter com a grande propriedade improdutiva (SERRA, 1991, p. 21)

E nesse contexto, se encontrava Guarapuava. O município pertence a primeira frente pioneira do Estado, a do Paraná Tradicional, que se caracterizou pelas grandes propriedades, diferentemente das frentes pioneiras Norte e Sudoeste que pautaram-se de início na pequena propriedade. Assim, o campo de Guarapuava se caracterizava por imensas fazendas criadoras de gado (em razão do tropeirismo), as quais pertenceram ao sistema de Sesmarias e, que foram herdadas pelas elites dominantes da região.

Foram fazendeiros e políticos influentes que incentivaram a vinda dos suábios para o Estado do Paraná, dentre eles o então Deputado Antonio Lustosa de Oliveira. Esses incentivos

estavam envolvidos com o contexto nacional, em que no período de 1945, o governo de Getúlio Vargas, promove facilidades para a vinda ao Brasil de imigrantes afetados pela Segunda Guerra Mundial. Anterior a esse período, começam as iniciativas para receber imigrantes no país. Dentre os interesses estavam o povoamento de “vazios demográficos”, o “branqueamento da raça” segundo Hofbauer (2003), a vinda do progresso para o campo brasileiro, a colonização controlada e ordenada pelo Estado, quando:

[...] Depois de 1939, o Estado passa a agir diretamente na estruturação do espaço, mas optando por desenvolver seus projetos em áreas de menor interesse comercial, quer pela inferior qualidade da terra, quer pelo distanciamento de vias de comunicação ou centros de consumo, quer ainda pelo fato da área de objeto da colonização estar sob litígio, o que a tornava desinteressante do ponto de vista do negócio [...] Deve ser considerado, por outro lado, que tanto antes quanto depois de 1939, o ano em que o Estado desenvolve seus primeiros projetos, o ato de colonizar, para o poder público, significou repartir e mercantilizar a terra, mas significou também instalar colônias para assentamentos de agricultores independentes, boa parte, inclusive, em áreas retomadas de projetos empresariais fracassados (SERRA, 1991, p. 81)

Nesse sentido, o governo controlava e colonizava áreas conforme seu interesse. Dessa forma, as negociações entre o Brasil e a “Ajuda Suíça a Europa” foram realizadas. Os governantes brasileiros indicaram inúmeras áreas, conforme suas intenções, que seqüencialmente eram recusadas, pelos integrantes da “Ajuda Suíça a Europa” por não atenderem as suas expectativas. Como apontou Serra (1991), as primeiras áreas oferecidas pelo governo brasileiro eram distantes de centros consumidores, das linhas férreas, possuíam solos inapropriados para produção agrícola, dentre outros.

Um exemplo foi a primeira localização apontada para receber os suábios do Danúbio, o Estado de Goiás. Por se encontrar muito distante dos principais centros consumidores e, estar baseado na produção de arroz, que estava sujeita a grandes flutuações no mercado, a proposta foi recusada, conforme conta Stein (2008). Assim o projeto de Goiás foi reprovado e, a própria “Ajuda Suíça a Europa” aponta os locais de seu interesse como São Paulo e Paraná, por serem Estados que atendiam previamente as necessidades de uma futura colônia suábica.

Nessa época, o então governador, Bento Munhoz da Rocha Neto demonstra interesse nos imigrantes europeus. Como trata Stein (2008), já tendo trabalhado com colônias de imigrantes, a exemplo da colônia de alemães Witmarsum, o governador encarrega o Secretário de Agricultura Lacerda Werneck de iniciar negociações com a “Ajuda Suíça a Europa”. Os interesses dos

governantes estavam na cultura de produção de trigo dos imigrantes, nas palavras do governador “Essa experiência foi longamente preparada, desde muitos anos, na estação experimental do Ministério da Agricultura, em Ponta Grossa, com a organização do projeto de plantio de trigo nos campos do planalto” (ELFES, 1971, p. 6). Além das baixas na produção dessa cultura, a vinda dos mesmos traria progresso ao campo paranaense e o sucesso de algumas colônias já estabelecidas trazia boas expectativas.

O Estado do Paraná, então, ofereceu os municípios de Clevelândia, Ponta-Grossa e Goioxim que foram também recusados respectivamente pela distância da linha férrea, grande acidez e declividade do solo, área extremamente pequena para o projeto e solo inapropriado para agricultura. Mais uma vez, áreas de pouco interesse entravam nas negociações. Exemplos disso eram as colônias no Estado que já haviam sido estabelecidas e que eram áreas desprezadas geograficamente e economicamente pelos pecuaristas como aponta Hauresco (2008). Porém os integrantes da “Ajuda Suíça a Europa” não aceitavam com facilidade tais áreas.

Assim então, os campos de Guarapuava foram apresentados para a execução da colônia. Uma comissão especializada chega ao local para realizar avaliação da área, levaram consigo amostras do solo para Curitiba dessa região. Apesar dos riquíssimos estudos sobre os solos paranaenses do prof. Reinhard Maack apontarem os solos da região dos campos gerais como arenosos e pobres segundo Albuquerque e Aud (2008), a correção e a utilização adequada trariam bons frutos. Assim, mais tarde a área foi aprovada com louvor por suas características climáticas muito semelhantes às européias, pela proximidade da linha férrea, e dentre outros fatores. A comissão da “Ajuda Suíça a Europa” foi categórica ao afirmar que, não lhes interessava outro lugar que não fossem os campos de Guarapuava e isto já estava decidido, como nos conta Stein (2008).



Figura 1: Comissão de Emigração em Entre Rios. Campos de Guarapuava

Fonte: www.agraria.com.br

Como contextualizado anteriormente, os campos guarapuavanos possuíam extensas fazendas de gado, herdadas do sistema de Sesmarias, cujos proprietários eram políticos de famílias influentes. Ao tratar das características das fazendas dessa região, aponta-se que elas originavam-se “[...] de antigas e abastadas famílias que se tinham tornado latifundiárias na primeira metade do século XVIII, requerendo sesmarias para si e os familiares e agregando aos lotes recebidos porções ainda maiores de terras incorporadas por posse ilegítima” (GUTIERRÉZ, 2004, p. 106)

Nesse sentido, os proprietários dessas extensas áreas, não cederam com facilidade as fazendas para a estruturação da colônia. Assim, um intenso processo de negociação ocorreu liderado pelo então Deputado Antônio Lustosa de Oliveira, um dos proprietários da área. Como também já apontado anteriormente, a tradição ruralista brasileira e suas relações de poder não buscava nada do que não lhes fosse de interesse próprio.

Conforme Stein (2008), o Estado, então, oferecia em troca das fazendas na região, dentre outros benefícios, propriedades na mais recente frente pioneira do Paraná, a região Norte. Para os fazendeiros de Guarapuava, o negócio torna-se interessante, uma vez que na época a frente pioneira Norte do Paraná, através de processo de colonização empresarial, fornecia terras para a produção de café, que se encontrava no auge da sua rentabilidade no mercado, tratando-se:

[...] de uma organização nova de colonização com um financiamento de typo novo: o grande emprehedimento de typo capitalista; e sendo assim, não se acha elle levado pela sua estrutura, pelas suas multiplas ligações, pela somma de seus interesses a favorecer o retalhamento do solo entre um grande numero de possuidores? As terras do Norte do Paraná se contam entre as melhores e nada parece particularmente contra-indicado nas condições phisicas para a formação de grandes fazendas de café (os cafezaes actuaes têm bom rendimento e as altitudes apropriadas não faltam) ou para vastas plantações de algodaes. (MONBEIG, 2007, p. 9) (sic)

Além disso, os fazendeiros não acreditavam que a agricultura tivesse futuro em campos de criação de gado. Como afirma Antônio Lustosa de Oliveira, um dos antigos proprietários daquelas terras, em entrevista concedida a Stein (2008), a agricultura só apresentava bons resultados em lugares de mata, assim os guarapuavanos imaginavam que o trabalho dos suábios não renderia bons frutos. Dessa forma, trocar as fazendas por terras de cultivo de café era um excelente negócio. Nesse sentido, os fazendeiros de Guarapuava, decidem fechar negócio e abrem caminho para os imigrantes. Porém, não esperavam eles, que o solo levado para exame em Curitiba pela Comissão de Imigrantes, era um solo muito ácido, mas que feitas as correções necessárias, teria as características perfeitas para agricultura.

Foi então que sobre extensas áreas de fazendas inicia-se o projeto de assentamento, dirigido pelo Eng. Michael Moor, de 500 famílias vindas da Europa. Essas famílias não foram selecionadas ao acaso, afinal, tinham preferência, para a vinda ao Brasil, as famílias que fossem camponesas, artesãs e numerosas. Assim “No início de junho de 1951, chegou a Guarapuava o primeiro grupo de suábios, compostos por agricultores, artesãos, operários, motoristas, bem como pelos membros dirigentes da colônia e da “Ajuda Suíça a Europa” (STEIN, 2008, p. 46).

Nesse ano, as primeiras famílias chegam ao território brasileiro, após longa viagem de navio e desembarque no Porto de Santos. Enfrentaram viagem de trem até o município de Guarapuava, onde em caminhões alcançaram os campos da futura Entre Rios.



Figura 2: O distrito de Entre Rios, no município de Guarapuava (PR), no início da colonização dos suábios do Danúbio (década de 50)

Fonte: www.agraria.com.br

Segundo Elfes (1971) em seis de junho de 1951 chega a primeira leva de imigrantes no Brasil. Contavam 222 pessoas dentre eles camponeses, artesãos, motoristas e dirigentes da organização. Um mês antes, Lichtenberger (s/d) relata que aos cinco dias de maio no salão do Novo Hotel Central em Guarapuava fundou-se a Sociedade Cooperativa que vinha a ser a Cooperativa Agrária, presidida pelo Engenheiro agrônomo Michael Moor.

3. MEMÓRIAS SUÁBICAS: ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO DE ENTRE RIOS

Distrito do município de Guarapuava, no Estado do Paraná, Entre Rios se localiza a 30 km ao sul desse município. Possui altitude de aproximadamente 1.100 metros, clima sub-tropical úmido e sem estação seca, em que seu regime de chuvas é de 1.978 mm por ano. A temperatura em média de 16,9 °C propicia clima ameno, porém no inverno podem ocorrer temperaturas abaixo de 0 °C, com freqüentes geadas conforme (Krüger, 2007). Essas características foram fundamentais para a instalação da colônia Entre Rios no sul de Guarapuava, uma vez que o clima era parecido com o europeu. A localização era estratégica com proximidade da linha férrea e do mercado consumidor, além de possuir um solo de excelente qualidade para agricultura, após serem realizadas as correções necessárias e sua boa utilização.



Figura 3: Localização da colônia Entre Rios.

Fonte: ELFES, 1971, p. 9.

A organização espacial da colônia de imigrantes realizou-se conforme o objetivo do projeto, que era criar uma colônia de trabalho cooperado e solidário. Nesse sentido, cinco vilas são dispostas em forma de ferradura ao lado da rodovia PR-170. Essas cinco colônias menores recebem o nome das cinco fazendas que existiam na localidade e foram desapropriadas para fim de colonização. São elas: Samambaia, Jordãozinho, Vitória, Cachoeira e Socorro. Dispostas a menos de 5 km umas das outras, no centro delas está a colônia Vitória que abriga a sede da Cooperativa Agrária.

Sobre essa disposição espacial, em entrevista, um dos descendentes suábios relata² que “foram formadas essas cinco colônias, porque se queria que as pessoas vivessem em comunidade, mas que também ficassem perto da propriedade em que eles iriam plantar”. Os organizadores do projeto de colonização, ou seja, a Cooperativa Agrária presidida pelo Eng. Agrônomo Michael Moor, optaram por reunir os imigrantes em um mesmo local de moradia, evitando assim que cada família residisse em sua propriedade, para que o grupo não se dispersasse.

Cada pequena colônia, dentro da Colônia Entre Rios, possuía sua própria escola, igreja, uma extensão da Cooperativa Agrária, dentre outras instituições que foram erguidas em trabalho

² Referimo-nos ao depoimento de um descende da primeira geração no Brasil de imigrantes suábios, coletado em 16 jan. 2010. (Duração: 51 min.)

comunitário. As próprias casas dos suábios foram construídas de maneira solidária, sem que nenhuma delas perdesse suas características específicas da vida camponesa que levavam na Europa, a exemplo disso, cada casa de madeira levantada possuía uma horta com verduras e legumes para a sobrevivência da família.

Assim, os camponeses suábios buscaram trazer e manter fortalecida o seu modo de vida. Em uma das entrevistas, uma imigrante suábia³ vinda da antiga Iugoslávia, relata (com dificuldades na língua portuguesa) como era a vida antes de vir para o Brasil “Nóis plantemo bastante trigo, uva, nóis plantemo milho pra porco, tinha horta também, não comprava nada no mercado, nóis tinha tudo na horta, nóis sempre fazê muito vinho e vendê”. A imigrante relata que devido as dificuldades da vida naquela região, as famílias na sua maioria tinham sua própria terra em que plantavam frutas, legumes, verduras, criavam animais e processavam alguns desses produtos para vender, a exemplo da uva, que era vendida como vinho e o trigo que era beneficiado no moinho e comercializado como farinha.

A família da imigrante, que habitava na Iugoslávia, atravessava de balsa o rio para alcançar terras croatas onde possuía um parreiral. E, foi na Croácia que ela conheceu seu futuro marido. Diferentemente dela, ele era operário de uma fábrica de sapatos.



Figura 4: Operário suábio de uma fábrica de sapatos e agricultores suábios na produção de uva

Fonte: Imagem cedida por imigrante suábia em entrevista

O operário e a agricultora casaram-se e, com 21 anos, após o recolhimento nos campos de

³ Referimo-nos ao depoimento de uma imigrante suábia, coletado em 16 jan. 2010. (Duração: 26min.)

abrigo da Áustria, embarcaram para o Brasil com o resto da família que sobreviveu a guerra. No total somavam-se nove pessoas: a imigrante com sua mãe e mais duas irmãs e, seu marido com seus pais e avós. Emocionada e com dificuldade ela relata que seu pai foi recrutado pelo exército russo e nunca mais foi encontrado, já o resto de sua família “moreu de fome lá na Iugoslávia onde eles não ganha nada pra come, sabe, eles more com fome”.



Figura 5: Imigrantes em viagem de trem para Guarapuava

Fonte: Imagem cedida por imigrante em entrevista

Os integrantes da família que vieram para cá, construíram suas próprias casas com a ajuda de outros imigrantes, elas eram de madeira e extremamente simples. Estradas, escolas, igrejas e outras instituições administrativas, bem como indústrias, também foram levantadas com o trabalho comunitário. Apesar da vida solidária, cada família precisava adquirir um lote para iniciar seus trabalhos na colônia, como relata o descendente suábio “pra cada casal era 15 hectares que tinha que compra, para cada filho homem mais oito e cada filha mulher mais quatro”. Esses lotes eram pagos em até seis anos, ficando o primeiro ano livre de pagamento.

Esses hectares de terra eram trabalhados no início com tração animal, o que dificultou muito as primeiras colheitas. Somado ao trabalho na agricultura estava o trabalho na serraria,

como nos contou a imigrante suábica. Ela relata que, quando chegaram aqui, além do trabalho no campo era necessário trabalhar na serraria para auxiliar na aquisição de capital. Apesar de ser uma região de campos foi necessária a derrubada de madeira para as construções e a abertura de estradas. A Serraria São Michael “[...] gerenciada pelo Sr. Ferter, foi durante os primeiros anos a instalação industrial mais importante da colônia. Fornecia a madeira de construção, e com as vendas externas a Agrária conseguiu manter sua liquidez financeira” (Krüger, 2007, p. 221).



Figura 6: Serraria São Michael

Fonte: Imagem cedida por imigrante em entrevista

Essas características de trabalho solidário fortaleceram as esperanças dos camponeses suábios e foram evidentes na época da colonização em Entre Rios, isso porque o trabalho era fundamentalmente realizado e organizado pela comunidade.

As características de moradia, ainda visíveis em alguns pontos de Entre Rios hoje, também marcavam essas características. Exemplo disso foi a própria construção da colônia Entre Rios. Toda a infra-estrutura hoje existente, como já relatado anteriormente, foi construída por todos os suábios em um sistema solidário. Contam relatos que, não era necessário solicitar ajuda

a alguém para a construção de uma casa ou galpão, os camponeses espontaneamente iam de encontro com os trabalhos que precisavam ser feitos em todos os terrenos vizinhos de seus companheiros.



**Figura 7: Construção das primeiras moradias.
Trabalho comunitário entre as camponesas suábias
Fonte: www.agraria.com.br**

Assim foram construídas pequenas igrejas, escolas, campos de futebol, bares dentre outras estruturas. Essas estruturas caracterizam bem as necessidades dos camponeses como sua religiosidade, o lazer em comunidade, a educação e etc. Tudo construído por todos e também usufruído em comunhão até mesmo os campos de plantação. Importante salientar também que, as casas possuíam cada uma delas meio hectare para proporcionar tanto moradia quanto um horta para cada família camponesa constituir sua própria subsistência, enquanto que nos campos se produzia cereais como trigo e arroz, segundo Stein (2008).

Toda a produção agrícola e o trabalho comunitário eram organizados pela então Cooperativa Agrária. A cooperativa fundada no Brasil no mesmo ano de chegada dos imigrantes no país, em 1951, é presidida inicialmente pelo Engenheiro Agrônomo Michael Moor. A Agrária fornecia maquinário, insumos e demais instrumentos necessários, tanto para o trabalho no campo, como também subsidiava a construção das casas, escola, hospital e outros itens de infra-estrutura com estímulos iniciais de países europeus através da “Ajuda Suíça a Europa” e do próprio

governo brasileiro, quando:

Por decreto de 15 de janeiro de 1951 do então presidente da República Getúlio Vargas foi possibilitado o financiado da colonização em pauta, através do Banco do Brasil, com fundos oriundos de ágios sobre importações especiais da Suíça. Procurava-se combinar o interesse do Brasil na migração de agricultores qualificados com os interesses comerciais de exportadores e industriais suíços (ELFES, 1971, p. 46)

Porém, mesmo com as alianças de incentivo ao projeto, logo vieram as crises. Isso porque, o solo nas condições em que se encontrava, com o trabalho de tração animal não rendia bons frutos. As primeiras colheitas não foram boas. Além disso, a má distribuição de terras para os camponeses resultou em uma crise fundiária e na grande insatisfação dos imigrantes. Os terrenos foram divididos como um tabuleiro de xadrez, em que não se levou em conta as características físicas da região como morfologia do solo, cursos de água. A distribuição realizada por meio de sorteio:

[...] fazia com que o camponês individual não tivesse qualquer possibilidade de influir na escolha de suas terras agrícolas ou pastoris, já que sua posse dependia exclusivamente da boa ou má sorte. Dessa forma podia acontecer que, por exemplo, um apaixonado criador de gado recebesse terras próprias para agricultura ou, vice-versa, um agricultor tradicional ganhasse lotes de bons pastos para criação. Houve também casos em que uma propriedade situada ao norte da aldeia recebesse lotes para cultivo situadas no extremo sul do aldeamento (sic), exigindo, portanto, vias de comunicação mais extensas com decorrente aumento de custos para transporte e produção (ELFES, 1971, p. 51)

Decorrente dessa distribuição, parte dos colonos desistia de seus lotes, e outra parte arrendava e adquiria essas terras e em outros locais mais distantes de Entre Rios. Assim, muitos imigrantes com dificuldades, por conta própria, saíram de Entre Rios e foram para outros lugares ou voltaram para seu país de origem. Segundo relatos do descendente suábico entrevistado com esses problemas “houve uma certa decadência, o pessoal começou a não ver futuro, a escola era ruim, o pessoal não via futuro para os filhos, a saúde era precária, então tinha toda uma série de fatores que não faziam as coisas andarem”.

Anos mais tarde, ainda em meio ao período de crise, em 1966, toma frente da presidência da Cooperativa Agrária o Sr. Mathias Leh, imigrante suábico, que reverteu o processo de declínio da colônia Entre Rios. Os relatos do descendente entrevistado, contam que esse presidente buscou

incentivos para resolver as duas grandes questões que abalaram o projeto de colonização. Assim, sobre a péssima qualidade do solo, foram realizados investimentos em pesquisas e posteriores correções dessa má qualidade, houve investimentos em modernização de maquinário e nas formas de plantio.

Em relação à crise fundiária, foi realizado em Entre Rios uma Reforma Agrária que segundo o entrevistado de descendência suábia consistiu na compra de grandes áreas de terra (ex: 1000 hectares) pela cooperativa, que posteriormente eram divididas em áreas menores (ex: 100 hectares) que eram revendidas para os cooperados. “Aquele que comprava os 100 hectares tinha que revender a área menor para o vizinho. Todos ganhavam e cresciam, porque com a reforma criou-se uma classe de produtores médios muito forte que vem sustentando a cooperativa até hoje”, explicou o entrevistado.

A busca pela resolução dessas questões ocorreu por meio de investimentos dos governos brasileiro e austríaco, para os quais a Cooperativa enviava projetos solicitando auxílio. Esses investimentos resultaram no fortalecimento da agricultura, e conseqüente melhoria da qualidade da saúde, educação e, no fortalecimento da cultura suábica, com a criação do centro cultural, de uma rádio própria da cooperativa, dentre outras conquistas.

Um período de evolução e desenvolvimento em Entre Rios aconteceu. Os camponeses que permaneceram puderam reverter a situação de dificuldade e pobreza, em uma situação de desenvolvimento da agricultura. Trouxeram assim, fartura e riqueza para o distrito de Guarapuava e seus habitantes. Porém as características de comunidade solidária foram perdidas. Com a total inserção no mercado capitalista, essa agricultura inicialmente camponesa comunitária, perdeu suas características com os terrenos individuais, mas ainda preservou algumas características com o trabalho cooperado por meio da Cooperativa Agrária.

Porém, após quase trinta anos de presidência o Sr. Mathias Leh falece em 1994 e, dá-se início a crise atual de Entre Rios. Segundo o descendente entrevistado, se trata de uma crise administrativa. Após o falecimento do presidente da Cooperativa Mathias Leh, a cooperativa e seus associados perderam um grande líder. Por suas características centralizadoras, com o falecimento do Sr. Mathias Leh, os associados não possuíam condições administrativas significativas para manter a liderança da Cooperativa frente a comunidade de Entre Rios.

Assim, os associados sentiram a necessidade de rever seu modelo de administração para não perder mercado e desenvolver a cooperativa Agrária, mantendo os agricultores suábicos

associados a cooperativa. Segundo dados do relatório anual de 2008 da Cooperativa Agrária, hoje, são ao todo 539 cooperados, que produzem principalmente, soja, milho (grão), trigo, cevada e aveia. Em um total de quatro indústrias: a Coopersul (Industrialização de soja); a Fábrica de Rações Agrária (produção de rações); o Moinho de Trigo Agrário (Industrialização de trigo) e a Agromalte (a maior produtora de malte do país atualmente), possuindo um faturamento de 1,5 bilhão de reais em 2008.

A cooperativa, como líder na organização do projeto de colonização dos suábios do Danúbio nos campos de Guarapuava, procura manter as características culturais desse povo. São exemplos disso, o centro cultural Mathias Leh, o Museu Histórico de Entre Rios, o Sistema de Comunicação (que, como exemplo, em parceria com a Universidade Estadual do Centro-Oeste, mantém a rádio Universitária com programação, em parte, em língua alemã), a escola particular da comunidade alemã, o hospital, dentre outros.

Porém, apesar desses aspectos positivos, podemos citar exemplos das dificuldades enfrentadas hoje em resultado do processo de colonização do povo suábio em terras paranaenses. Em observação de campo, e com as entrevistas coletadas, foi possível constatar que os aparelhos de manutenção da cultura suábica funcionam com pouca expressão atualmente. As festividades em comunidade, por exemplo, são quase raras hoje em dia, os moradores reclamam da individualidade e sentem falta do período em que trabalharam juntos para construir Entre Rios.

Ainda mais expressivo, foi o processo de formação de um abismo social e étnico que seu deu a partir da vinda da população que veio para trabalhar na Cooperativa Agrária como assalariados, ou como assalariados em algumas propriedades de imigrantes suábios. Esse processo configurou a formação de dois territórios claramente divididos na colônia Vitória em Entre Rios. Em parte da colônia habitam os descendentes de suábios, com sua escola, igreja, dentre outras instituições e equipamentos e, em outra parte do território estão os não descendentes com suas escolas públicas, igreja e etc.



Figura 8: A desigualdade social e étnica de Entre Rios.

Autoria: TEIXEIRA, J. C. Dez/2009

Em entrevista, um descendente relata que muitos funcionários dos fazendeiros de Entre Rios e da Cooperativa tem uma vida com boa qualidade econômica e social. Porém, o processo de acumulação capitalista traz consigo suas contradições. Enquanto muitos imigrantes enriqueceram, outros acabaram abandonando o projeto de colonização. E ainda, a vinda de não descendentes para Entre Rios em busca de uma vida melhor, trouxe consigo a proliferação de favelas, o desemprego e outras conseqüências. São todas elas resultados de um processo de colonização que configurou a organização de um espaço com aspectos positivos e negativos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os suábios do Danúbio, originários da Suábia no sudeste da Alemanha e, antigos habitantes das margens do rio Danúbio se caracterizaram como um povo de mesma etnia, unidos por seus laços culturais. Fortalecidos, pelos sofrimentos que envolveram a expulsão de seu território de origem e por outros aspectos da Segunda Guerra Mundial, os suábios buscaram outros territórios que pudessem continuar lutando pela reprodução da vida.

O processo de colonização dos suábios do Danúbio foi um processo planejado que atendeu a interesses de dificuldades sociais dos povos suábios e de interesses econômicos do governo brasileiro. Para os povos suábios a necessidade era encontrar uma pátria que os acolhessem e lhe dessem condições de levantar novas moradias e oportunidades de trabalho para

produzir e reproduzir sua cultura. Para o governo brasileiro significava a vinda de exímios produtores de trigo que poderiam resolver problemas no déficit de produção desse grão, dentre outros aspectos.

As dificuldades de adaptação em novo território, as características negativas do planejamento do processo de colonização e as dificuldades enfrentadas atualmente, configuraram a colonização em território paranaense em três grandes crises. A primeira crise envolvia a má qualidade do solo, a utilização incorreta do mesmo e as dificuldades de adaptação na nova “pátria”. A segunda crise se caracterizou na má distribuição dos terrenos vendidos para os camponeses, o que resultou na insatisfação de muitos imigrantes pelas dificuldades trazidas com o terreno adquirido. E por fim, a terceira crise que foi a perda de um grande líder administrativo da Cooperativa Agrária que exigiu dos associados em repensar a administração da cooperativa.

Outros aspectos do processo de colonização estão relacionados com o sucesso dos agricultores que permaneceram e, por meio de pesquisa e investimentos transformaram o solo impróprio em um dos solos de maior qualidade e produção do Paraná. Assim, o desenvolvimento da região foi adquirido com muito trabalho por parte dos imigrantes e com investimentos e auxílios dos governos austríaco, brasileiro e suíço.

Porém, o profundo processo de inserção dos suábios no mercado capitalista trouxe também alguns aspectos negativos como as desigualdades étnicas e sociais. Isso porque muitas pessoas se deslocaram até o distrito de Entre Rios em busca de uma vida melhor, porém, muitos não encontraram no local tal oportunidade e acolhimento por parte da população ali residente.

Assim, com a forte introdução da acumulação capitalista, os processos econômicos se sobressaíram em detrimento do esfacelamento dos laços solidários da comunidade camponesa existente no início do processo de colonização. Apesar da tentativa de preservação da cultura suábica, e da saudosa solidariedade existente no passado mais sentida pelos antigos imigrantes ainda vivos, o modo de vida comunitário gradativamente foi se alterando, permanecendo apenas ao modo de produção capitalista desde a colonização de Entre Rios no Paraná.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, S. E; AUED, I. M. Modernização e produção da miséria nos Campos Gerais do Paraná. **História Regional**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 221-245, Inverno/2008.

COOPERATIVA AGRÁRIA. **Fotos Históricas**. Disponível em: <<http://www.agraria.com.br/>>. Acesso em: set. 2009.

COOPERATIVA AGRÁRIA. **Relatório anual de 2008**. Disponível em: <<http://www.agraria.com.br/>> . Acesso em: set. 2009.

LICHTENBERGER, J. **Entre Rios**. Tradução Karl M. Leh, Herbert O. Koenig e Josef Lehmann. Guarapuava: CARTGRAF, (s/d).

ELFES, A. **Suábios no Paraná**. Curitiba: Banco Lar Brasileiro S.A., 1971.

GUTIÉRREZ, H. Fazendas de gado no Paraná escravista. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 102-127, 2004.

HAURESKO, C; MOTEKA, G. **A Pequena Propriedade Agrária no Paraná Tradicional: Origem, Localização e Caracterização**. In: 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo e VIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, 2008, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2008. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/completos.htm>>. Acesso em: out. 2009.

HOFBAUER, A. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX – bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v.1, n. 42, p. 63-110, jan/jul 2003.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. In: CARVALHO, M. S; FRESCA, T. M. (Orgs.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. v. 2. Londrina: Humanidades, 2007.

SANTOS, R. R. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **Campo-Território**, Uberlândia, v.2, n. 3, p. 40-54, fev., 2007.

SERRA, E. **Processos de Ocupação e a Luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro: UNESP, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julho de Mesquita Filho” - Departamento de Geografia, Rio Claro, 1991.

STEIN, M. N. **“O Oitavo Dia”: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios – PR (segunda metade do século XX)**. (Tese de Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de História, Florianópolis, 2008.

KRUGER, N. **Gurapuava. Seu território, sua gente, seus caminhos e sua história**. Guarapuava: Fotolaser, 2007.